

## SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES .....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS .....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	12
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO .....	13
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	14
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA.....	15
6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES .....	15
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS .....	16
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR.....	16
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	17
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO .....	18
11. ATIVOS FINANCEIRO - CONCESSÃO .....	19
12. INVESTIMENTOS.....	19
13. IMOBILIZADO .....	22
14. INTANGÍVEL.....	25
15. FORNECEDORES.....	26
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	27
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES .....	28
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	30
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	30
20. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS .....	32
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	34
22. RECEITA .....	35
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	36
24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO .....	37
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	37
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	39
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO .....	45
28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA.....	46
29. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE CONSOLIDADO .....	47
30. DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA CONSOLIDADO.....	48
31. REAJUSTE TARIFÁRIO.....	49
32. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	49
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO .....	52
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2011 E 2010.....	57
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS .....	63

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

### ATIVO

(Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.281.724	1.761.817	1.902.971	1.402.213
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5	80.477	319.277	80.477	319.277
Consumidores e Revendedores	6	438.816	397.301	426.683	389.599
Concessionários - Transporte de Energia		126.367	109.092	67.125	60.549
Ativos Financeiros - Concessão	11	550.880	360.508	42.362	42.362
Tributos Compensáveis	7	49.192	48.412	45.162	45.967
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8	397.942	153.719	380.764	135.966
Revendedores - Transações com Energia Livre		90.347	29.959	90.347	29.959
Dividendos a Receber		-	-	190.713	118.086
Estoques		5.982	4.585	5.350	4.102
Outros Créditos		82.482	87.240	66.766	71.788
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>4.104.209</b>	<b>3.271.910</b>	<b>3.298.720</b>	<b>2.619.868</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9 a	563.803	569.885	213.698	202.334
Tributos Compensáveis	7	10.809	9.732	7.840	9.517
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8	3.828	3.319	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios	10	152.625	125.923	149.200	123.756
Crédito com Pessoas Ligadas		4.286	4.529	2.943	14.623
Outros Créditos		22.839	49.967	8.650	8.475
Ativos Financeiros - Concessão	11	3.045.548	3.127.866	705.305	702.335
Investimentos	12	-	-	2.782.116	2.712.944
Imobilizado	13	7.147.475	7.024.474	5.737.735	5.947.539
Intangível	14	482.420	477.719	33.479	34.171
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>11.433.633</b>	<b>11.393.414</b>	<b>9.640.966</b>	<b>9.755.694</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>15.537.842</b>	<b>14.665.324</b>	<b>12.939.686</b>	<b>12.375.562</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

### PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e Financiamentos	17	579.453	512.764	536.807	466.200
Debêntures	17	2.130.526	507.375	2.036.871	490.511
Fornecedores	15	208.307	175.792	154.149	115.127
Impostos, Taxas e Contribuições	16 a	104.174	60.254	98.145	56.371
Imposto de Renda e Contribuição Social	16 b	372.142	8.235	355.913	-
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	25	370.410	46.819	370.410	46.819
Salários e Encargos Sociais		55.840	57.346	49.494	53.864
Encargos Regulatórios	18	76.121	97.148	66.664	90.312
Participações nos Lucros		16.185	27.495	16.185	25.491
Dívidas com Pessoas Ligadas		15.140	15.396	15.147	15.396
Obrigações Pós-Emprego	19	17.892	17.033	17.892	17.033
Outras Obrigações		86.184	65.313	42.266	49.198
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>4.032.374</b>	<b>1.590.970</b>	<b>3.759.943</b>	<b>1.426.322</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e Financiamentos	17	2.882.670	2.830.798	1.772.284	1.867.885
Debêntures	17	2.244.135	3.784.833	1.301.087	2.800.444
Provisões e Contingências Judiciais	20	23.233	7.010	15.110	5.889
Obrigações Pós-Emprego	19	419.570	413.310	419.570	413.310
Impostos, Taxas e Contribuições	16 a	149.126	133.769	104.560	81.243
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16 b	703.170	691.048	537.675	580.915
Encargos Regulatórios	18	58.161	32.341	58.161	32.341
Outras Obrigações		180.856	130.600	126.749	116.568
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>6.660.921</b>	<b>8.023.709</b>	<b>4.335.196</b>	<b>5.898.595</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>10.693.295</b>	<b>9.614.679</b>	<b>8.095.139</b>	<b>7.324.917</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS CONTROLADORES</b>					
Capital Social	21	3.296.785	3.296.785	3.296.785	3.296.785
Reservas de Lucros		320.319	844.198	320.319	844.198
Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial		783.130	908.269	783.130	908.269
Ajuste Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa		1.064	1.393	1.064	1.393
Lucros Acumulados		443.249	-	443.249	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.844.547</b>	<b>5.050.645</b>	<b>4.844.547</b>	<b>5.050.645</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>15.537.842</b>	<b>14.665.324</b>	<b>12.939.686</b>	<b>12.375.562</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E  
2010

(Em milhares de reais, exceto o resultado por lote de mil ações)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>RECEITA</b>	22	<b>3.370.405</b>	<b>2.903.023</b>	<b>2.861.742</b>	<b>2.538.418</b>
<b>CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>					
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>	23				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(179.159)	(192.809)	(185.085)	(199.287)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(428.971)	(242.334)	(428.940)	(242.270)
		(608.130)	(435.143)	(614.025)	(441.557)
<b>CUSTO DE OPERAÇÃO</b>					
Pessoal e Administradores	23	(166.976)	(167.778)	(155.962)	(154.481)
Materiais		(11.392)	(14.220)	(8.323)	(11.348)
Serviços de Terceiros		(76.632)	(100.124)	(68.263)	(75.466)
Depreciação e Amortização		(271.003)	(283.044)	(253.825)	(271.915)
Reversões Operacionais		(9.323)	5.777	(9.322)	5.542
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(107.768)	(100.774)	(107.389)	(100.713)
Custo de Construção		(50.784)	(134.304)	(35.787)	(57.429)
Outros Custos de Operação		(17.790)	(31.851)	(13.920)	(35.591)
		(711.668)	(826.318)	(652.791)	(701.401)
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>(1.319.798)</b>	<b>(1.261.461)</b>	<b>(1.266.816)</b>	<b>(1.142.958)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>2.050.607</b>	<b>1.641.562</b>	<b>1.594.926</b>	<b>1.395.460</b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>	23				
Despesas com Vendas		-	453	-	453
Despesas Gerais e Administrativas		(108.210)	(102.195)	(95.181)	(102.195)
Outras Despesas Operacionais		(43.180)	(20.504)	(37.864)	(18.943)
		(151.390)	(122.246)	(133.045)	(120.685)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL, RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS)</b>		<b>1.899.217</b>	<b>1.519.316</b>	<b>1.461.881</b>	<b>1.274.775</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-	232.296	128.829
Despesa Financeira Líquida	24	(508.523)	(361.560)	(403.717)	(295.651)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>		<b>1.390.694</b>	<b>1.157.756</b>	<b>1.290.460</b>	<b>1.107.953</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9b	(363.092)	(350.611)	(345.199)	(319.673)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	(38.450)	16.605	43.891	35.470
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>		<b>989.152</b>	<b>823.750</b>	<b>989.152</b>	<b>823.750</b>
<b>Resultado Básico por ação</b>		<b>0,3415</b>	<b>0,2844</b>	<b>0,3415</b>	<b>0,2844</b>
<b>Resultado Diluído por ação</b>		<b>0,3415</b>	<b>0,2844</b>	<b>0,3415</b>	<b>0,2844</b>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	989.152	823.750	989.152	823.750
<b>OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE</b>				
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	(329)	(1.993)	(329)	(1.993)
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>				
Resultado do Período atribuível ao acionista controlador	<b>988.823</b>	<b>821.757</b>	<b>988.823</b>	<b>821.757</b>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Reserva de Ajustes de Avaliação	Reservas Ajustes Conversão	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	<b>2.896.785</b>	<b>666.112</b>	<b>1.030.269</b>	-	<b>(74.325)</b>	<b>4.518.841</b>
Aumento do Capital	400.000	(400.000)	-	-	-	-
Aquisição de controlada em conjunto –Efeito reflexo da Adoção de normas contábeis	-	-	-	-	81.421	81.421
Resultado do Período	-	-	-	-	823.750	823.750
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(91.500)	-	91.500	-
Destinação do Resultado:						
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(159.156)	(159.156)
Outros resultados abrangentes:						
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	-	1.993	-	1.993
<b>SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010</b>	<b>3.296.785</b>	<b>266.112</b>	<b>938.769</b>	<b>1.993</b>	<b>763.190</b>	<b>5.266.849</b>
					-	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>3.296.785</b>	<b>844.198</b>	<b>908.269</b>	<b>1.393</b>	<b>-</b>	<b>5.050.645</b>
Resultado do Período	-	-	-	-	989.152	989.152
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(125.139)	-	125.139	-
Destinação do Resultado:						
Dividendos de 2010 excedentes ao dividendo mínimo estatutário	-	(523.879)	-	-	-	(523.879)
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(486.000)	(486.000)
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(185.042)	(185.042)
Outros resultados abrangentes:						
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	-	(329)	-	(329)
<b>SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011</b>	<b>3.296.785</b>	<b>320.319</b>	<b>783.130</b>	<b>1.064</b>	<b>443.249</b>	<b>4.844.547</b>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Resultado do Período	989.152	823.750	989.152	823.750
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				
Depreciação e Amortização	273.806	274.300	256.049	272.226
Baixas Líquidas de Imobilizado, Intangível e Ativo Financeiro	13.392	28.338	6.282	-
Equivalência Patrimonial	-	-	(232.296)	(128.829)
Juros e Variações Monetárias - Não Circulantes	82.107	32.730	65.579	31.084
Impostos Federais Diferidos	38.450	(16.605)	(43.891)	(35.470)
Provisões para Perdas Operacionais	8.637	(2.537)	9.322	(3.512)
Obrigações Pós-emprego	39.235	18.944	39.235	18.944
Outros	-	1.743	-	-
	1.444.779	1.160.663	1.089.432	978.193
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(41.515)	197.710	(37.084)	3.141
Revendedores – Transações com energia livre	-	14.944	-	14.944
Tributos Compensáveis	(246.589)	(276.174)	(209.789)	(290.691)
Transporte de Energia	(17.275)	(44.933)	(6.576)	-
Outros ativos circulantes	(57.027)	(19.739)	(56.614)	(35.688)
Ativos Financeiros	(57.270)	-	32.817	-
Depósito Judiciais	(26.702)	(26.210)	(25.444)	(25.568)
Dividendos Recebidos	-	-	465.047	-
Outros Realizáveis a longo prazo	27.371	23.352	11.505	55.314
	(419.007)	(131.050)	173.862	(278.548)
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	32.515	(14.068)	39.022	25.560
Tributos e Contribuição Social	402.938	402.562	397.687	361.269
Salários e Contribuições Sociais	(1.506)	(19.679)	(4.370)	(21.917)
Encargos Regulatórios	(21.027)	4.961	(23.648)	1.995
Empréstimos e Financiamentos	159.286	234.419	86.175	182.751
Obrigações Pós-Emprego	(32.116)	(17.391)	(32.116)	(17.391)
Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(3.149)	-	-
Outros	92.638	72.420	(839)	27.849
	632.728	660.075	461.911	560.116
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.658.500	1.689.688	1.725.205	1.259.761
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
Financiamentos Obtidos	122.944	3.367.826	-	2.755.316
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(163.323)	(2.895.079)	(129.745)	(2.849.945)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(871.330)	(889.976)	(871.330)	(889.976)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(911.709)	(417.229)	(1.001.075)	(984.605)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
Em Investimentos	-	-	(374.550)	(979.806)
Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	238.800	-	238.800	-
No ativo Financeiro	(50.784)	(1.606.493)	(35.787)	-
No Imobilizado	(387.694)	(291.414)	(51.189)	(19.271)
No Intangível	(27.206)	(644)	(646)	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(226.884)	(1.898.551)	(223.372)	(999.077)
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>519.907</b>	<b>(626.092)</b>	<b>500.758</b>	<b>(723.921)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>				
No início do período	1.761.817	3.043.715	1.402.213	2.834.476
No fim do período	2.281.724	2.417.623	1.902.971	2.110.555
	<b>519.907</b>	<b>(626.092)</b>	<b>500.758</b>	<b>(723.921)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.



## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE 9 MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Consolidado IFRS				Controladora BRGAAP			
	30/09/2011		30/09/2010		30/09/2011		30/09/2010	
<b>RECEITAS</b>								
Venda de Energia e Serviços	4.222.881		3.645.919		3.677.927		3.259.113	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-		453		-		453	
	<u>4.222.881</u>		<u>3.646.372</u>		<u>3.677.927</u>		<u>3.259.566</u>	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(428.971)		(242.334)		(428.940)		(242.270)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(179.159)		(192.809)		(185.085)		(199.287)	
Serviços de Terceiros	(101.310)		(104.848)		(85.932)		(80.185)	
Custo de Construção	(50.784)		(134.667)		(35.787)		(57.429)	
Materiais	(13.411)		(14.943)		(9.927)		(12.071)	
Outros Custos Operacionais	(29.595)		(24.524)		(28.697)		(22.688)	
	<u>(803.230)</u>		<u>(714.125)</u>		<u>(774.368)</u>		<u>(613.930)</u>	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>3.419.651</b>		<b>2.932.247</b>		<b>2.903.559</b>		<b>2.645.636</b>	
<b>RETENÇÕES</b>								
Depreciação e Amortização	(273.806)		(274.300)		(256.049)		(272.226)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>3.145.845</b>		<b>2.657.947</b>		<b>2.647.510</b>		<b>2.373.410</b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-		-		232.296		128.830	
Receitas Financeiras	213.902		222.712		185.743		201.214	
	<u>213.902</u>		<u>222.712</u>		<u>418.039</u>		<u>330.044</u>	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>3.359.747</b>		<b>2.880.659</b>		<b>3.065.549</b>		<b>2.703.454</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>								
		%		%		%		%
<b>Empregados</b>	<b>223.217</b>	<b>6,64</b>	<b>234.326</b>	<b>8,13</b>	<b>206.469</b>	<b>6,74</b>	<b>223.249</b>	<b>8,56</b>
Remuneração direta	155.140	4,62	159.330	5,53	141.246	4,61	150.380	5,96
Benefícios	54.202	1,61	52.818	1,83	52.156	1,70	51.287	1,90
FGTS	11.128	0,33	10.611	0,37	10.320	0,34	10.015	0,40
Outras	2.747	0,08	11.567	0,40	2.747	0,09	11.567	0,30
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>1.411.544</b>	<b>42,01</b>	<b>1.228.044</b>	<b>42,63</b>	<b>1.268.405</b>	<b>41,38</b>	<b>1.151.259</b>	<b>44,24</b>
Federais	1.111.051	33,07	954.557	33,14	970.338	31,65	879.645	34,09
Estaduais	298.654	8,89	272.279	9,45	296.975	9,69	270.370	10,09
Municipais	1.839	0,05	1.208	0,04	1.092	0,04	1.244	0,06
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>735.834</b>	<b>21,90</b>	<b>594.539</b>	<b>20,64</b>	<b>601.523</b>	<b>19,62</b>	<b>505.196</b>	<b>19,26</b>
Juros	722.405	21,50	584.748	20,30	589.469	19,23	496.478	18,96
Aluguéis	13.429	0,40	9.791	0,34	12.054	0,39	8.718	0,31
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>989.152</b>	<b>29,44</b>	<b>823.750</b>	<b>28,60</b>	<b>989.152</b>	<b>32,27</b>	<b>823.750</b>	<b>27,94</b>
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos	671.042	19,97	159.156	5,53	671.042	21,89	159.156	4,08
Lucros Retidos	318.110	9,47	664.594	23,07	318.110	10,38	664.594	23,86
	<u>3.359.747</u>	<u>100,00</u>	<u>2.880.659</u>	<u>100</u>	<u>3.065.549</u>	<u>100,00</u>	<u>2.703.454</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS****EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010****(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais –CEMIG (“CEMIG”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a Empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a Empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui 48 Usinas, sendo 43 Usinas Hidrelétricas, 4 Eólicas e 1 Termelétrica e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão.

A Companhia possui participação societária nas seguintes Controladas:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (Controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou operações em 2009;
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (Controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operações em agosto de 2009;

- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto – participação de 63,39%) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 69,39% e Neoenergia – 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou as operações de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010;
- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente denominada Terna Participações S.A.) (Controlada em conjunto – participação de 56,69% ) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país. A TAESA possui as seguintes sociedades, por ela controlada: ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”) e Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”);
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias do Morgado”) (Controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em maio de 2010;
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (Controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em setembro de 2010;
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Hidrelétrica Pipoca”) (controlada em conjunto – participação de 49,00%) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A hidrelétrica iniciou operação em outubro de 2010;
- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (Controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Entrou em operação em junho de 2011.

Controladas em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (Controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. As operações das primeiras unidades têm previsão de início no final de 2013;

- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari Energia”) (Controlada – participação de 100,00%) – Produção e a comercialização de energia elétrica em Regime de produção independente em futuros Empreendimentos;
- Madeira Energia S.A. (“Madeira Energia”) (Controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e previsão de início de operação comercial no final de 2011;
- Lightger (“Light Ger”) (controlada em conjunto – participação de 49,00%) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro. Previsão de entrada em operação da primeira máquina no início de 2012.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1) Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Contábeis Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas Informações Trimestrais - ITRs foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2010. Dessa forma, estas ITRs devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2011 e arquivadas na CVM em 29 de março de 2011.

### 3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as Informações Trimestrais das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1.

(a) Controladas e controladas em conjunto

As Informações Trimestrais de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas Informações Trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle compartilhado se inicia até a data em que deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto foram consolidados com base no método de consolidação proporcional. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Informações Trimestrais individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

(c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Informações Trimestrais consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As referências efetuadas nestas Informações Trimestrais sobre as controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

	Participação direta no capital total - %	
	30/09/2011	31/12/2010
<b>Controlada</b>		
Cemig Baguari Energia S.A.	100,00	100,00
<b>Controladas em conjunto</b>		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	49,00	49,00
Guanhães Energia S.A.	49,00	49,00
Hidrelétrica Pipoca S.A.	49,00	49,00
Madeira Energia S.A.	10,00	10,00
Baguari Energia S.A.	69,39	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Volta do Rio S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Morgado S.A.	49,00	49,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	56,69	56,69
Lightger	49,00	49,00

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Contas Bancárias	38.955	17.701	7.176	9.772
Aplicações Financeiras:				
Certificados de depósitos bancários	1.941.425	1.456.291	1.748.178	1.289.130
Letras Financeiras do tesouro	62.556	116.588	29.577	27.428
Letras do Tesouro Nacional	7.426	-	7.426	-
Outros	231.362	171.237	110.614	75.883
	<b>2.242.769</b>	<b>1.744.116</b>	<b>1.895.795</b>	<b>1.392.441</b>
	<b>2.281.724</b>	<b>1.761.817</b>	<b>1.902.971</b>	<b>1.402.213</b>

As Aplicações Financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110%) conforme operação.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa 26.

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Certificados de depósitos bancários	80.477	319.277	80.477	319.277
	<b>80.477</b>	<b>319.277</b>	<b>80.477</b>	<b>319.277</b>

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, com carência para resgate acima de 90 dias.

## 6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/09/2011	31/12/2010
<b>Controladora</b>					
Industrial	217.993	18.174	3.859	240.026	184.737
Comércio, Serviços e Outras	1.434	-	-	1.434	1.125
Suprimento a Outras Concessionárias	124.556	39.975	-	164.531	203.737
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	-	20.692	-	20.692	-
<b>Total Controladora</b>	<b>343.983</b>	<b>78.841</b>	<b>3.859</b>	<b>426.683</b>	<b>389.599</b>
<b>Controladas</b>					
Industrial	9.714	-	-	9.714	695
Comércio, Serviços e Outras	98	-	-	98	7.007
Suprimento a Outras Concessionárias	2.318	-	-	2.318	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	3	-	-	3	-
	<b>12.133</b>	-	-	<b>12.133</b>	<b>7.702</b>
<b>Total Consolidado</b>	<b>356.116</b>	<b>78.841</b>	<b>3.859</b>	<b>438.816</b>	<b>397.301</b>

A Companhia constitui a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota 26.

## 7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>Circulante</b>				
ICMS a Recuperar	34.987	35.109	34.040	33.191
PASEP	2.033	2.458	1.770	2.197
COFINS	10.693	10.189	8.233	10.134
Outros	1.479	656	1.119	445
	<b>49.192</b>	<b>48.412</b>	<b>45.162</b>	<b>45.967</b>
<b>Não Circulante</b>				
ICMS a Recuperar	7.917	6.598	5.255	6.384
PASEP	516	1	461	559
COFINS	2.376	3.133	2.124	2.574
	<b>10.809</b>	<b>9.732</b>	<b>7.840</b>	<b>9.517</b>
	<b>60.001</b>	<b>58.144</b>	<b>53.002</b>	<b>55.484</b>

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de infraestrutura em função da concessão e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar são decorrentes de aquisições de infraestrutura em função da concessão, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o circulante foi feita de acordo com estimativas dos valores que deverão ser realizados até setembro de 2012.

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>Circulante</b>				
Imposto de Renda	291.497	115.955	282.415	98.976
Contribuição Social	106.445	37.764	98.349	36.990
	<b>397.942</b>	<b>153.719</b>	<b>380.764</b>	<b>135.966</b>
<b>Não Circulante</b>				
Imposto de Renda	3.756	3.319	-	-
Contribuição Social	72	-	-	-
	<b>3.828</b>	<b>3.319</b>	-	-
	<b>401.770</b>	<b>157.038</b>	<b>380.764</b>	<b>135.966</b>

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e as antecipações em 2011 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2011.



## 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Créditos Tributários:				
Prejuízo Fiscal / Base negativa	223.311	231.731	-	-
Obrigações Pós-Emprego	83.127	79.508	83.127	79.508
Variação Cambial	35.666	35.585	35.666	35.585
Taxa Administração – IFRS	742	745	742	745
Concessão onerosa – IFRS	58.217	57.330	58.217	57.330
Tributos Exigibilidade Suspensa	25.308	20.311	25.308	20.311
Provisões	5.137	2.002	5.138	2.002
Ágio na Incorporação	81.125	84.166	-	-
Outros	51.170	58.507	5.500	6.853
	<b>563.803</b>	<b>569.885</b>	<b>213.698</b>	<b>202.334</b>

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2011, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura da Companhia, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Conforme as estimativas da Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de setembro de 2011, conforme abaixo:

	Consolidado IFRS	Controladora BRGAAP
	30/09/2011	30/09/2011
2011	137.409	67.387
2012	106.599	36.578
2013	106.599	36.578
2014	106.599	36.578
2015 a 2016	106.597	36.577
	<b>563.803</b>	<b>213.698</b>

As informações sobre o Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos estão divulgadas na Nota Explicativa 16 b.

## b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.390.694	1.157.756	1.290.460	1.107.953
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(472.836)	(393.637)	(438.757)	(376.704)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Juros sobre o Capital Próprio	62.914	54.113	62.914	54.113
Incentivos Fiscais	8.416	14.305	8.416	10.395
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	78.981	43.802
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.988)	(2.630)	(1.988)	(2.630)
Créditos Fiscais não reconhecidos	(35)	690	(35)	690
Outros	1.987	(6.847)	(10.839)	(13.869)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva</b>	<b>(401.542)</b>	<b>(334.006)</b>	<b>(301.308)</b>	<b>(284.203)</b>
<b>Imposto Corrente</b>	<b>(363.092)</b>	<b>(350.611)</b>	<b>(345.199)</b>	<b>(319.673)</b>
<b>Imposto Diferido</b>	<b>(38.450)</b>	<b>16.605</b>	<b>43.891</b>	<b>35.470</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>28,87%</b>	<b>28,85%</b>	<b>23,35%</b>	<b>25,65%</b>

### Incentivo fiscal IRPJ da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA

O Ministério de Integração Nacional por meio da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e da Agência para o Desenvolvimento da Amazônia - ADA, emitiu Laudo Constitutivo nº 169/2004 e Laudo Constitutivo nº 0260/2003, que outorga à parte das controladas da TAESA o benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida na região incentivada.

## 10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígios, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao ICMS – referente a exclusão da base de cálculo do PASEP/COFINS.

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>Trabalhista</b>	35.572	34.875	35.436	34.801
<b>Obrigações Fiscais</b>				
Imposto de Renda sobre JCP	8.014	8.014	8.014	8.014
PASEP/COFINS	103.029	78.266	101.233	78.266
Outros	3.524	2.282	1.730	988
<b>Outros</b>	2.486	2.486	2.787	1.687
	<b>152.625</b>	<b>125.923</b>	<b>149.200</b>	<b>123.756</b>

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 16.

## 11. ATIVOS FINANCEIRO - CONCESSÃO

Os contratos de concessão de transmissão de energia da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC.01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões. Os ativos são integralmente alocados como um ativo financeiro tendo em vista que não existe risco de demanda na atividade de transmissão e que a receita decorre apenas da disponibilização da rede.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Concessões de transmissão novas	2.848.761	2.743.677	-	-
Concessões de transmissão antigas	747.667	744.697	747.667	744.697
	<b>3.596.428</b>	<b>3.488.374</b>	<b>747.667</b>	<b>744.697</b>
<b>Circulante</b>	<b>550.880</b>	<b>360.508</b>	<b>42.362</b>	<b>42.362</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>3.045.548</b>	<b>3.127.866</b>	<b>705.305</b>	<b>702.335</b>

## 12. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.

	Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010
Em Sociedade Controlada e Controladas em Conjunto		
Hidrelétrica Cachoeirão	28.408	23.164
Guanhães Energia	10.419	10.333
Hidrelétrica Pipoca	18.887	18.031
Cemig Baguari Energia	-	6
Madeira Energia	121.364	9.981
Lightger	38.668	35.325
Baguari Energia	195.816	181.373
EBTE	137.696	114.839
Central Eólica Praias de Parajuru	34.017	35.104
Central Eólica Volta do Rio	61.776	58.346
Central Eólica Praias de Morgado	24.872	27.134
TAESA	1.373.368	1.437.839
Ágio na Aquisição de Participação na TAESA	652.159	670.978
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Praias de Parajuru	27.358	28.582
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Volta do Rio	19.111	22.198
Ágio na Aquisição de Participação na C.E. Praias de Morgado	38.197	39.711
	<b>2.782.116</b>	<b>2.712.944</b>

a) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto são como segue:

Sociedades Controladas em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 30 de setembro de 2011			Janeiro a setembro de 2011	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	57.976	-	10.702
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	21.264	-	176
Hidrelétrica Pipoca	40.610.000	49,00	40.610	38.545	-	4.157
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	-	-	(14)
Madeira Energia	1.674.100.000	10,00	1.674.100	1.213.636	-	(197.894)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	282.205	-	20.751
EBTE	198.200.000	49,00	244.550	281.011	-	13.357
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	69.423	-	(3.495)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	126.073	-	(14.641)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	50.760	-	(10.194)
Lightger	70.085.000	49,00	70.085	78.915	-	(2.324)
TAESA	263.498.907	56,69	1.312.536	2.422.452	537.674	422.501

Sociedades Controladas em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2010			Janeiro a dezembro de 2010	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	47.273	2.780	11.704
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	21.088	-	1.480
Hidrelétrica Pipoca	40.610.000	49,00	40.610	36.798	-	(333)
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	6	-	(17)
Madeira Energia	359.100.000	10,00	359.100	99.814	-	(204.443)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	261.346	-	(119)
EBTE	198.200.000	49,00	219.759	234.366	3.408	14.350
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	71.644	-	(4.068)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	119.072	-	(5.574)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	55.375	-	(2.290)
Lightger	70.085.000	49,00	70.085	72.092	-	27
TAESA	263.498.907	56,69	1.312.536	2.507.574	202.891	428.629

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

	31/12/2010	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	30/09/2011
Hidrelétrica Cachoeirão	23.164	5.244	-	-	-	28.408
Guanhães Energia	10.333	86	-	-	-	10.419
Hidrelétrica Pipoca	18.031	489	367	-	-	18.887
Cemig Baguari Energia	6	(14)	-	-	8	-
Madeira Energia	9.981	(19.789)	131.500	-	(328)	121.364
Baguari Energia	181.373	14.398	858	-	(813)	195.816
EBTE	114.839	6.545	16.312	-	-	137.696
Central Eólica Praias de Parajuru	35.104	(1.711)	624	-	-	34.017
Central Eólica Volta do Rio	58.346	(7.172)	10.602	-	-	61.776
Central Eólica Praias de Morgado	27.134	(4.995)	2.733	-	-	24.872
TAESA	1.437.839	240.354	-	(304.825)	-	1.373.368
Lightger	35.325	(1.139)	4.482	-	-	38.668
	<b>1.951.475</b>	<b>232.296</b>	<b>167.478</b>	<b>(304.825)</b>	<b>(1.133)</b>	<b>2.045.291</b>

### b) Aquisição de participação acionária - ABENGOA

Em 2 de junho de 2011, a Controlada TAESA adquiriu uma concessão e a participação em sociedade composta por quatro ativos de transmissão de energia elétrica do Grupo ABENGOA que aumentará a sua participação no mercado de transmissão de energia elétrica de 6,5% para 8,6% em termos de Receita Anual Permitida (RAP). A controlada TAESA pagará por esta aquisição, englobando os dois Contratos de Compra e Venda de Ações mencionados, o valor total de R\$1.099.224, referente à data-base de 31/12/2010.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela TAESA estarão sujeitas à ocorrência de condições suspensivas, destacando-se: (i) aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, (ii) anuência de bancos financiadores das Transmissoras, e (iii) a aprovação da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Além disso, a operação deverá ser submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, nos termos da Lei nº 8.884/94.

### c) Aumento de Capital na Madeira Energia S.A. – MESA

A controlada em conjunto, Madeira Energia S.A. - MESA, em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de julho de 2011, aprovou o aumento de capital social da Companhia mediante a emissão de 507.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 507.000. As ações ora emitidas foram totalmente subscritas na proporção da participação de cada um dos acionistas no capital social da Companhia e foram totalmente integralizadas no dia 25 de julho de 2011. Após o aumento de capital, o capital social da MESA, totalmente subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 1.674.100, dividido em 1.674.100.000 (um bilhão, seiscentos e setenta e quatro milhões e cem mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

#### d) Mais valia de ativos nas aquisições de Participação

A mais valia de ativos nas empresas adquiridas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas em Conjunto, decorre da mais valia das concessões (intangível) e do Ativo Financeiro das concessões. A mais valia desses ativos, que possuem vida útil definida, ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

### 13. IMOBILIZADO

Controladora	30/09/2011			31/12/2010
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em Serviço - Controladora</b>	<b>16.550.427</b>	<b>(10.980.629)</b>	<b>5.569.798</b>	<b>5.818.946</b>
Terrenos	380.055	-	380.055	380.027
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.225.902	(4.681.066)	2.544.836	2.642.337
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.991.296	(1.436.599)	554.697	587.758
Máquinas e Equipamentos	6.919.539	(4.837.793)	2.081.746	2.198.373
Veículos	22.087	(14.296)	7.791	9.704
Móveis e Utensílios	11.548	(10.875)	673	747
<b>Em Curso - controladora</b>	<b>167.937</b>	<b>-</b>	<b>167.937</b>	<b>128.593</b>
<b>Imobilizado Líquido - Controladora</b>	<b>16.718.364</b>	<b>(10.980.629)</b>	<b>5.737.735</b>	<b>5.947.539</b>

Consolidado	30/09/2011			31/12/2010
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em Serviço - Controladas</b>	<b>298.726</b>	<b>(10.528)</b>	<b>288.198</b>	<b>56.199</b>
Terrenos	2.411	-	2.411	889
Reservatórios, Barragens e Adutoras	50.339	(1.881)	48.458	22.540
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	19.205	(1.940)	17.265	10.998
Máquinas e Equipamentos	225.342	(6.117)	219.225	21.033
Veículos	231	(117)	114	86
Móveis e Utensílios	1.198	(473)	725	653
<b>Em Curso - Controladas</b>	<b>1.121.542</b>	<b>-</b>	<b>1.121.542</b>	<b>1.020.736</b>
<b>Total do Imobilizado - Controladas</b>	<b>1.420.268</b>	<b>(10.528)</b>	<b>1.409.740</b>	<b>1.076.935</b>
<b>Imobilizado Líquido - Consolidado</b>	<b>18.138.632</b>	<b>(10.991.157)</b>	<b>7.147.475</b>	<b>7.024.474</b>

#### Movimentação 2011

Controladora	Saldo em 31/12/2010	Adição /Capitalização	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2011
<b>Em Serviço</b>	<b>5.818.946</b>	<b>11.845</b>	<b>(4.841)</b>	<b>(256.152)</b>	<b>5.569.798</b>
Terrenos	380.027	29	(1)	-	380.055
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.642.337	2.279	-	(99.780)	2.544.836
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	587.758	157	(20)	(33.198)	554.697
Máquinas e Equipamentos	2.198.373	9.265	(4.820)	(121.072)	2.081.746
Veículos	9.704	91	-	(2.004)	7.791
Móveis e Utensílios	747	24	-	(98)	673
<b>Em Curso</b>	<b>128.593</b>	<b>39.344</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>167.937</b>
<b>Imobilizado Líquido - Controladora</b>	<b>5.947.539</b>	<b>51.189</b>	<b>(4.841)</b>	<b>(256.152)</b>	<b>5.737.735</b>

Consolidado	Saldo em 31/12/2010	Adição /Capitalização	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2011
<b>Em Serviço - Controladas</b>	<b>56.199</b>	<b>235.699</b>	-	<b>(3.700)</b>	<b>288.198</b>
Terrenos	889	1.522	-	-	2.411
Reservatórios, Barragens e Adutoras	22.540	26.917	-	(999)	48.458
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	10.998	7.072	-	(805)	17.265
Máquinas e Equipamentos	21.033	200.006	-	(1.814)	219.225
Veículos	86	55	-	(27)	114
Móveis e Utensílios	653	127	-	(55)	725
<b>Em Curso - Controladas</b>	<b>1.020.736</b>	<b>100.806</b>	-	-	<b>1.121.542</b>
<b>Imobilizado Líquido - Controladas</b>	<b>1.076.935</b>	<b>336.505</b>	-	<b>(3.700)</b>	<b>1.409.740</b>
<b>Imobilizado Líquido - Consolidado</b>	<b>7.024.474</b>	<b>387.694</b>	<b>(4.841)</b>	<b>(259.852)</b>	<b>7.147.475</b>

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão, exceto quanto às eólicas, prevêem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

A taxa de depreciação média anual é de 2,46%. As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, são as seguintes:

Geração	(%)	Transmissão	(%)	Administração	(%)
Edificações	4,0	Chave Sistema	3,3	Software	20,0
Gerador	3,3	Disjuntor	3,0	Veículos	20,0
Turbina Hidráulica	2,5	Torre Metálica	2,5	Equipamento Geral	10,0
Casa de Força	2,0	Transformador de Força	2,5	Edificação	4,0
Barragem	2,0	Condutor nu de alumínio	2,5		
Equipamento Geral	10,0	Equipamento Geral	10,0		
Equipamentos de Tomada d'água	3,7	Religadores	4,3		
Estrutura de Tomada d'água	4,0				
Conduto Forçado	3,1				

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens

inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

## CONSÓRCIOS

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível, Atividade Não Vinculada, conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de Setembro de 2008, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	30/09/2011	31/12/2010
<b>Em serviço</b>				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,48	38.627	38.627
Usina Igarapava	14,50%	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,64	182.402	182.360
Usina de Queimado	82,50%	2,45	206.753	206.729
Usina de Aimorés	49,00%	2,62	549.725	549.537
Depreciação acumulada			(184.762)	(165.303)
<b>Total em operação</b>			<b>848.299</b>	<b>867.504</b>
<b>Em curso</b>				
Usina de Queimado	82,50%	-	3.712	1.579
Usina de Funil	49,00%	-	662	648
Usina de Aimorés	49,00%	-	1.901	1.187
Usina Igarapava	14,50%	-	1.252	1.171
Usina Porto Estrela	33,33%	-	193	156
<b>Total em construção</b>			<b>7.720</b>	<b>4.741</b>
<b>Total de Consórcios - Controladora</b>			<b>856.019</b>	<b>872.245</b>
<b>Em serviço</b>				
Usina de Baguari	34,00%	2,56	181.416	-
Depreciação acumulada			(3.477)	-
<b>Total em operação</b>			<b>177.939</b>	<b>-</b>
<b>Em curso</b>				
Usina de Baguari	34,00%	-	75	181.416
<b>Total de Consórcios - Consolidado</b>			<b>1.034.033</b>	<b>1.053.661</b>

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, também com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.



## 14. INTANGÍVEL

Controladora	30/09/2011			31/12/2010
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
<b>Em Serviço</b>				
<b>Com Vida Útil Definida</b>	<b>71.980</b>	<b>(39.857)</b>	<b>32.123</b>	<b>33.460</b>
- Direito de uso de softwares	32.364	(30.595)	1.769	-
- Marcas e Patentes	2	(1)	1	-
- Servidão	12.859	(1.540)	11.319	11.408
- Outros	-	-	-	2.371
- Concessão Onerosa	26.755	(7.721)	19.034	19.681
<b>Em Curso</b>	<b>1.356</b>	<b>-</b>	<b>1.356</b>	<b>711</b>
- Ativos em formação	1.356	-	1.356	711
<b>Intangível Líquido - Controladora</b>	<b>73.336</b>	<b>(39.857)</b>	<b>33.479</b>	<b>34.171</b>

Consolidado	30/09/2011			31/12/2010
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
<b>Em Serviço</b>	<b>528.422</b>	<b>(76.089)</b>	<b>452.333</b>	<b>474.480</b>
Servidão	12.955	(1.540)	11.415	11.506
Concessão onerosa	26.755	(7.721)	19.034	19.681
Ativos da concessão	364.467	(29.041)	335.426	349.864
Direito Exploração de Concessão Serviço Público	91.854	(7.187)	84.667	90.489
Outros	32.391	(30.600)	1.791	2.940
<b>Em Curso</b>	<b>30.087</b>	<b>-</b>	<b>30.087</b>	<b>3.239</b>
Ativos em formação	30.087	-	30.087	3.239
<b>Intangível Líquido - Consolidado</b>	<b>558.509</b>	<b>(76.089)</b>	<b>482.420</b>	<b>477.719</b>

A movimentação do Ativo Intangível em 2011 é como segue:

Controladora	31/12/2010	Adição	Amortização	Transferência	30/09/2011
<b>Em Serviço</b>					
<b>Com Vida Útil Definida</b>	<b>33.460</b>	<b>1</b>	<b>(1.132)</b>	<b>(206)</b>	<b>32.123</b>
- Direito de Uso de Software	-	-	(395)	2.164	1.769
- Marcas e Patentes	-	-	-	1	1
- Servidão	11.408	1	(90)	-	11.319
- Outros	2.371	-	-	(2.371)	-
- Concessão onerosa	19.681	-	(647)	-	19.034
<b>Em Curso</b>					
Ativos em formação	711	645	-	-	1.356
<b>Intangível Líquido - Controladora</b>	<b>34.171</b>	<b>646</b>	<b>(1.132)</b>	<b>(206)</b>	<b>33.479</b>

Consolidado	31/12/2010	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	30/09/2011
<b>Em Serviço</b>						
<b>Com Vida Útil Definida</b>	<b>474.480</b>	<b>358</b>	<b>(422)</b>	<b>(18.808)</b>	<b>(3.275)</b>	<b>452.333</b>
- Direito de Uso de Software	-	-	-	(395)	2.168	1.773
- Servidão	11.506	1	-	(92)	-	11.415
- Concessão onerosa	19.681	-	-	(647)	-	19.034
- Ativos da Concessão	349.864	357	(422)	(14.373)	-	335.426
- Direito Exploração de Concessão do Serviço Público	90.489	-	-	(3.301)	(2.521)	84.667
- Outros	2.940	-	-	-	(2.922)	18
<b>Em Curso</b>						
Ativos em formação	3.239	26.848	-	-	-	30.087
<b>Intangível Líquido - Consolidado</b>	<b>477.719</b>	<b>27.206</b>	<b>(422)</b>	<b>(18.808)</b>	<b>(3.275)</b>	<b>482.420</b>

Os ativos intangíveis Direito de Uso de *Softwares*, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulado e perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida, e que vem sendo amortizados pelo prazo de concessão ou pelos prazos definidos na ReN ANEEL nº367/09.

## 15. FORNECEDORES

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>Circulante</b>				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -	138.696	79.398	135.698	80.744
Materiais e Serviços	69.611	96.394	18.451	34.383
	<b>208.307</b>	<b>175.792</b>	<b>154.149</b>	<b>115.127</b>

## 16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Impostos, Taxas e Contribuições

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>Circulante</b>				
ICMS	36.581	27.914	36.238	27.535
COFINS	24.781	20.716	23.086	19.501
PASEP	5.388	4.503	5.012	4.234
INSS	4.018	4.794	3.663	4.202
Outros	33.406	2.327	30.146	899
	<b>104.174</b>	<b>60.254</b>	<b>98.145</b>	<b>56.371</b>
<b>Não Circulante</b>				
COFINS	122.372	109.921	85.909	66.751
PASEP	26.754	23.848	18.651	14.492
	<b>149.126</b>	<b>133.769</b>	<b>104.560</b>	<b>81.243</b>
	<b>253.300</b>	<b>194.023</b>	<b>202.705</b>	<b>137.614</b>

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008. Entretanto, a partir de agosto de 2011, a Companhia vem efetuando o recolhimento.

### b) Impostos de Renda e Contribuições Sociais

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>Circulante</b>				
Imposto de Renda	269.919	5.556	262.704	-
Contribuição Social	102.223	2.679	93.209	-
	<b>372.142</b>	<b>8.235</b>	<b>355.913</b>	-
<b>Não Circulante</b>				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	518.210	436.995	395.350	427.143
Contribuição Social	184.960	254.053	142.325	153.772
	<b>703.170</b>	<b>691.048</b>	<b>537.675</b>	<b>580.915</b>
	<b>1.075.312</b>	<b>699.283</b>	<b>893.588</b>	<b>580.915</b>

As Obrigações Diferidas Não Circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social controladora referem-se, substancialmente, ao reconhecimento dos Instrumentos Financeiros (variação cambial) pelo Regime de Caixa, ajuste a valor presente, Custos de Captação de Empréstimos e Custos Atribuídos.

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações constantes do ativo, na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar.

## 17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Consolidado							
30/09/2011							31/12/2010
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	1.397	-	1.397	3.809
<b>Dívida referente a Moeda Estrangeira</b>	-	-	-	<b>1.397</b>	-	<b>1.397</b>	<b>3.809</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Banco do Brasil S.A.	2012	109,80 do CDI	R\$	280.685	484.111	764.796	738.852
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	28.177	36.986	65.163	69.187
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	1.606	30.000	31.606	32.208
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	48.786	900.000	948.786	917.842
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	52.182	67.532	119.714	130.358
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	782	775	1.557	2.405
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	8.010	105.558	113.568	119.336
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	45.122	63.591	108.713	104.795
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	593	910	1.503	1.366
Debêntures (1)	2011	104,00 do CDI	R\$	265.043	-	265.043	243.038
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1)(3)	2031	IGP-M	R\$	-	45.535	45.535	37.083
Debêntures(1)(13)	2015	IPCA + 7,68 *	R\$	67.422	1.256.643	1.324.065	1.286.783
Debêntures(1)(13)	2015	0,042 **		(477)	(1.091)	(1.568)	(1.923)
Debêntures(1)(13)	2012	CDI + 0,90	R\$	1.705.366	-	1.705.366	1.727.685
Debêntures(1)(13)	2012	0,1051 **	R\$	(482)	-	(482)	(1.711)
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 A 8,50	R\$	11.658	15.898	27.556	36.724
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	7.588	7.429	15.017	22.969
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	47.030	49.087	96.117	138.962
FINEP	2015	TJLP + 5,00	R\$	3.005	10.407	13.412	15.002
Consórcio Pipoca(6)	2011	IPCA	R\$	185	-	185	270
Unibanco S.A. (2)	2020	TJLP + 2,55	R\$	192	5.748	5.940	6.460
Banco do Brasil S.A. (2)	2020	TJLP + 2,55	R\$	683	22.768	23.451	25.500
BNDES (4)	2033	TJLP + 2,40	R\$	-	341.720	341.720	262.420
Debêntures (4)	2013	IPCA	R\$	69.476	131.357	200.833	182.188
BNDES (Repasse) (4)	2033	TJLP + 3,8	R\$	-	324.828	324.828	247.502
Banco da Amazônia (4)	2029	TJLP + 4,0	R\$	-	75.754	75.754	68.656
BNDES (5)	2024	TJLP + 2,5	R\$	3.054	37.671	40.725	42.118
CEF (7)	2022	TJLP + 3,50	R\$	5.591	47.060	52.651	54.157
CEF (8)	2021	TJLP + 3,50	R\$	6.825	58.580	65.405	67.128
CEF (9)	2022	TJLP + 3,50	R\$	9.160	87.020	96.180	96.601
BNDES (10)	2018	TJLP	R\$	308	1.610	1.918	1.923
BNDES (10)	2018	UMBND	R\$	1.762	9.166	10.928	12.225
CEF(10)(13)	2016	117,5 do CDI *	R\$	2.458	8.905	11.363	13.155
CEF(10)(13)	2016	0,059 **	R\$	(79)	(108)	(187)	(252)
Debêntures(10)(1)(13)	2015	CDI+1,30 *	R\$	5.436	195.592	201.028	206.203
Debêntures(10)(1)(13)	2015	0,013 **	R\$	(293)	(382)	(675)	(911)
Debêntures(10)(1)(13)	2015	IPCA+ 7,91 *	R\$	2.556	155.391	157.947	152.291
Debêntures(10)(1)(13)	2015	0,013 **	R\$	(230)	(301)	(531)	(687)
Debêntures(10)(1)(13)	2017	106 do CDI *	R\$	17.178	463.061	480.239	464.609
Debêntures(10)(1)(13)	2017	0,0069 **	R\$	(469)	(1.670)	(2.139)	(2.440)
Sindicato Bancos Novatrans (13)	2013	CDI + 0,90	R\$	9.293	11.480	20.773	27.696
BNDES(11)	2024	TJLP+2,56	R\$	1.963	68.038	70.001	72.468
BNDES(11)	2019	4,50	R\$	1.437	10.146	11.583	11.720
<b>Dívida referente a Moeda Nacional</b>				<b>2.708.582</b>	<b>5.126.805</b>	<b>7.835.387</b>	<b>7.631.961</b>
<b>Total Geral</b>				<b>2.709.979</b>	<b>5.126.805</b>	<b>7.836.784</b>	<b>7.635.770</b>

- (1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (2) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.
- (3) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.
- (4) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.
- (5) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (6) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (7) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.
- (8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.
- (9) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.
- (10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA
- (11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE
- (12) 3ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia

(13) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08 :

\* Taxa contratual      \*\* Taxa efetiva do custo de transação

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
<b>Moedas</b>									
Euro	8	1.389	-	-	-	-	-	-	1.397
<b>Indexadores</b>									
UMBND5	81	528	302	302	302	301	101	-	1.917
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	-	-	-	-	-	-	-	45.535	45.535
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	3.180	12.718	11.658	-	-	-	-	-	27.556
Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	69.985	130.657	535.332	465.933	479.025	-	-	-	1.680.932
Certificado Depósito Interbancário – CDI	865.000	2.512.721	557.976	487.888	187.696	111.552	110.468	-	4.833.301
URTJ	11.323	47.763	46.474	65.966	76.243	79.506	80.178	838.693	1.246.146
	<b>949.577</b>	<b>2.705.776</b>	<b>1.151.742</b>	<b>1.020.089</b>	<b>743.266</b>	<b>191.359</b>	<b>190.747</b>	<b>884.228</b>	<b>7.836.784</b>

A composição da dívida acima não leva em consideração a reclassificação para o circulante em função do não cumprimento das cláusulas restritivas dos contratos.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição Acumulada em 2011 %	Indexadores	Varição Acumulada em 2011 %
Euro	11,93	IGPM	4,15
		IPCA	5,08
		FINEL	0,82
		CDI	8,69

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado IFRS	Controladora BRGAAP
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>7.635.770</b>	<b>5.625.040</b>
Empréstimos e Financiamentos obtidos	122.944	-
Varição monetária e cambial	82.107	65.579
Encargos financeiros provisionados	566.576	448.952
Ajuste a Valor Presente	1.113	1.113
Encargos Financeiros Pagos	(410.747)	(365.474)
Amortização de financiamentos	(163.323)	(129.745)
Amortização custo transação	2.344	1.584
<b>Saldo em 30 de setembro de 2011</b>	<b>7.836.784</b>	<b>5.647.049</b>

## Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro.

## 18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Reserva Global de Reversão - RGR	14.734	14.929	13.586	14.032
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	9.358	9.844	9.358	9.844
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	6.280	6.169	6.280	6.169
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.791	1.605	1.598	1.605
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	2.989	3.279	2.989	3.279
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.978	5.411	2.527	5.267
Pesquisa e Desenvolvimento	94.565	85.545	87.130	79.822
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.587	2.707	1.357	2.635
	<b>134.282</b>	<b>129.489</b>	<b>124.825</b>	<b>122.653</b>
Passivo Circulante	76.121	97.148	66.664	90.312
Passivo Não Circulante	58.161	32.341	58.161	32.341

## 19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

### Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente à cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig GT mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

### **Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Informações Trimestrais**

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2010.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$193.348 em 30 de setembro de 2011 (R\$196.873 em 31 de dezembro de 2010) e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Para as obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada no parágrafo anterior, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida, estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Fundo de Pensão	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	196.873	121.690	6.605	105.175	430.343
Despesa Reconhecida no Resultado	18.397	11.418	231	9.189	39.235
Contribuições Pagas	(21.922)	(8.759)	(138)	(1.297)	(32.116)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2011	<u>193.348</u>	<u>124.349</u>	<u>6.698</u>	<u>113.067</u>	<u>437.462</u>
<b>Passivo Circulante</b>					<b>17.892</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>					<b>419.570</b>

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota.

## 20. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto constituem provisão para contingências das ações cuja expectativa de perda for considerada mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço, conforme segue:

	Consolidado IFRS		
	Saldo em 31/12/2010	Adições (-) Reversões	Saldo em 30/09/2011
<b>Trabalhistas</b>			
Diversos	1.433	8.061	9.494
<b>Cíveis</b>			
Ambiental	3.185	7.050	10.235
Outras	1.610	525	2.135
<b>Fiscais</b>			
Outras	620	574	1.194
<b>Regulatórios</b>			
ANEEL	162	13	175
<b>Total</b>	<b>7.010</b>	<b>16.223</b>	<b>23.233</b>

	Controladora BRGAAP		
	Saldo em 31/12/2010	Adições (-) Reversões	Saldo em 30/09/2011
<b>Trabalhistas</b>			
Diversos	1.393	8.101	9.494
<b>Cíveis</b>			
Ambiental	3.185	152	3.337
Outras	648	262	910
<b>Fiscais</b>			
Outras	501	693	1.194
<b>Regulatórios</b>			
ANEEL	162	13	175
<b>Total</b>	<b>5.889</b>	<b>9.221</b>	<b>15.110</b>



Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade, além de danos morais e materiais.

(b) Processo Administrativo de Natureza Ambiental

A Companhia foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera a expectativa de perda mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço, no valor de R\$3.337, que está devidamente provisionada.

### **Passivos Contingentes**

Adicionalmente, há processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como mais provável que não do que sim que exista uma obrigação presente na data do balanço, no montante total de R\$337.138, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas Informações Trimestrais, demonstrados os principais a seguir:

#### Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$44.345, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia decidiu impetrar um mandato de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$28.716, registrados na conta de Depósitos Vinculados a Litígios.

Adicionalmente, a Secretaria da Receita Federal emitiu Auto de Infração questionando o não pagamento das contribuições sociais previdenciárias (parcela patronal) relativas ao anuênio indenizado, para prevenir decadência, no valor de R\$17.203.

A Secretaria da Receita Federal emitiu Auto de Infração questionando o não pagamento de contribuições sociais previdenciárias (parcela patronal) e contribuições destinadas a outras entidades ou fundos, relativas às competências de janeiro de 2005 a dezembro de 2006, incidentes sobre pagamentos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados, ticket-alimentação, ajuda de custo para formação (auxílio-educação) e alíquota adicional sobre remunerações de empregados expostos a riscos no ambiente de trabalho. O montante da contingência é de R\$64.185.

#### Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Secretaria da Receita Federal não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, no montante de R\$46.277, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais.

#### Consórcio UHE Aimorés

Indenização por danos morais e materiais, devido os prejuízos causados com a construção da Barragem e da Casa de Força da Usina Hidroelétrica de Aimorés, que diminuíram a incidência de peixes no rio Doce e, conseqüentemente, a renda dos autores, que são pescadores na região. O montante da contingência é de R\$21.353 e a participação da Companhia no consórcio é de 49%, o que representa uma cota parte de R\$10.463 nesta ação.

## **21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS**

Em 30 de setembro de 2011, o Capital Social da Companhia era de R\$3.296.785, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG").

#### **Destinação de Dividendos Intermediários**

Em julho de 2011, a Companhia destinou dividendos intermediários no valor de R\$486.000, com base no lucro apurado no primeiro semestre, a título de antecipação parcial do dividendo obrigatório de 2011. Do valor destinado, R\$330.000 foram pagos em 04 de agosto de 2011 e o restante será pago até 30 de dezembro de 2012, podendo os mesmos serem antecipados, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva.

## Destinação de Juros Sobre o capital Próprio

Em 27 de setembro de 2011, o Conselho de Administração, deliberou declarar Juros Sobre o Capital Próprio, a ser compensado com o Dividendo Mínimo Obrigatório de 2011, no montante de R\$185.042, fazendo jus os acionistas que tiveram seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas em 27 de setembro de 2011. O pagamento deverá ser feito em duas parcelas iguais, sendo a primeira em 30 de junho de 2012 e a segunda em 30 de dezembro de 2012. Os benefícios fiscais com esta destinação são de R\$62.914. Vide Nota explicativa nº 9b.

## 22. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica – com impostos (a)	3.139.182	2.686.817	3.080.226	2.665.967
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos (b)	1.017.697	803.934	546.423	515.337
Receita de Construção	50.784	134.667	35.787	57.429
Outras Receitas Operacionais	15.218	20.501	15.491	20.381
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas acima (c)	(852.476)	(742.896)	(816.185)	(720.696)
	<b>3.370.405</b>	<b>2.903.023</b>	<b>2.861.742</b>	<b>2.538.418</b>

### (a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado IFRS			
	MWh (**)		R\$	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Industrial	14.800.477	13.617.217	1.835.461	1.526.629
Comercial	67.409	36.010	15.748	6.414
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	59.427	20.391
	<b>14.867.886</b>	<b>13.653.227</b>	<b>1.910.636</b>	<b>1.553.434</b>
Suprimento a Outras Concessionárias(*)	11.152.648	10.958.888	1.099.399	1.032.260
Transações com energia na CCEE	3.231.648	2.401.305	110.330	90.312
Vendas no Proinfa	65.043	39.400	18.817	10.811
<b>Total</b>	<b>29.317.225</b>	<b>27.052.820</b>	<b>3.139.182</b>	<b>2.686.817</b>

(\*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(\*\*) Não revisado pelos Auditores Independentes.

### (b) Receita de Concessão de Transmissão

Refere-se basicamente à receita de uso da rede referente à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao Sistema interligado brasileiro.

Inclui também o ajuste a valor presente do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

### (c) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Impostos sobre a Receita				
ICMS	298.305	270.375	296.643	269.026
COFINS	287.984	251.004	271.314	241.353
PIS-PASEP	62.514	54.488	58.902	52.398
ISSQN	464	458	448	438
	<b>649.267</b>	<b>576.325</b>	<b>627.307</b>	<b>563.215</b>
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	86.511	70.590	75.968	64.056
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	27.487	27.145	27.487	27.145
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	44.152	28.892	44.152	28.892
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	14.891	11.419	11.391	8.861
Fundo Nac. Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	11.424	8.861	11.393	8.861
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	5.774	4.430	5.759	4.431
Encargos de Capacidade Emergencial	241	-	-	-
Proinfa	12.729	15.234	12.728	15.235
	<b>203.209</b>	<b>166.571</b>	<b>188.878</b>	<b>157.481</b>
	<b>852.476</b>	<b>742.896</b>	<b>816.185</b>	<b>720.696</b>

## 23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Pessoal e Administradores (a)	215.575	216.680	195.319	203.378
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	16.337	27.396	16.336	27.396
Obrigações Pós-emprego	20.838	18.944	20.838	18.944
Materiais	13.411	14.943	10.290	12.071
Serviços de Terceiros (b)	101.310	104.848	85.577	80.185
Depreciação e Amortização	273.806	274.300	256.049	272.226
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (Reversão) Provisões Operacionais	107.768	100.774	107.389	100.713
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	8.637	(6.230)	9.322	(5.995)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	179.159	192.809	185.085	199.287
Energia Elétrica Comprada para Revenda	428.971	242.334	428.940	242.270
Custo de Construção	50.784	134.304	35.787	57.429
Outros Custos de Operação	54.592	62.605	48.929	55.739
	<b>1.471.188</b>	<b>1.383.707</b>	<b>1.399.861</b>	<b>1.263.643</b>

a) DESPESAS COM PESSOAL E ADMINISTRADORES	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Remunerações e Encargos	194.386	184.894	174.130	171.592
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	11.294	11.060	11.294	11.060
Benefícios Assistenciais	19.187	18.932	19.187	18.932
	224.867	214.886	204.611	201.584
( - ) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(12.038)	(9.773)	(12.038)	(9.773)
	212.829	205.113	192.573	191.811
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	2.746	11.567	2.746	11.567
	<b>215.575</b>	<b>216.680</b>	<b>195.319</b>	<b>203.378</b>

b) SERVIÇOS DE TERCEIROS	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Comunicação	7.603	4.789	5.616	3.514
Manutenção e Conserv. de Instalações e Equip. Elétricos	16.324	16.545	12.610	13.078
Conservação e Limpeza de Prédios	15.093	13.058	14.036	13.180
Mão de Obra Contratada	3.435	3.077	2.894	2.894
Fretes e Passagens	2.797	2.658	1.936	2.686
Hospedagem e Alimentação	3.284	4.496	3.244	3.715
Vigilância	7.955	7.793	7.952	6.770
Consultoria	5.648	7.787	2.073	-
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	2.555	2.162	2.532	2.150
Manutenção e Conservação de Veículos	3.394	3.572	3.049	3.317
Energia Elétrica	3.474	3.166	3.077	2.787
Meio Ambiente	11.520	11.530	11.315	11.175
Outros	18.228	24.215	15.243	14.919
	<b>101.310</b>	<b>104.848</b>	<b>85.577</b>	<b>80.185</b>

## 24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Renda de Aplicação Financeira	196.467	178.687	169.552	165.529
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	3.628	4.376	3.617	4.372
Variações Cambiais	17	1.155	17	1.155
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(20)	(402)	8	(388)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (Nota 26)	-	648	-	648
Ajuste a Valor Presente	3.926	16.277	3.926	16.277
Outras	9.864	21.569	8.631	13.233
	<b>213.882</b>	<b>222.310</b>	<b>185.751</b>	<b>200.826</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(564.205)	(467.224)	(450.536)	(394.067)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(65.343)	(31.600)	(65.343)	(31.600)
Variações Cambiais	(246)	(744)	(246)	(732)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(16.448)	(21.903)	(16.448)	(21.903)
Encargos de Variação Monetária – Forluz	(18.398)	(16.017)	(18.398)	(16.017)
Perdas com Instrumentos Financeiros (Nota 26)	-	(480)	-	(480)
Ajuste a Valor Presente	(4.998)	(547)	(4.998)	(547)
Outras	(52.767)	(45.355)	(33.499)	(31.131)
	<b>(722.405)</b>	<b>(583.870)</b>	<b>(589.468)</b>	<b>(496.477)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(508.523)</b>	<b>(361.560)</b>	<b>(403.717)</b>	<b>(295.651)</b>

## 25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são controladas da CEMIG.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
<b>CEMIG</b>								
<b>Circulante</b>								
Coligadas e Controladora	-	-	5.286	5.357	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	370.410	46.819	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Coligadas e Controladora	2.673	2.663	-	-	-	-	-	-
<b>Cemig Distribuição S.A.</b>								
<b>Circulante</b>								
Coligadas e Controladora	-	-	9.854	10.039	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	18.182	14.495	-	-	76.431	89.734	(3.865)	(3.757)
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	13.806	14.327	2.785	3.163	100.969	97.670	(31.390)	(50.678)
Outros	-	-	327	-	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Coligadas e Controladora	228	476	-	-	-	-	-	-
<b>Light S.A.</b>								
<b>Circulante</b>								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	-	-	130	104	19.558	12.058	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	138	106	1	1	3.068	2.968	(12)	(6)
<b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>								
<b>Circulante</b>								
Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS (4)	34.987	35.109	36.581	27.914	(298.305)	(270.375)	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Tributos Compensáveis – ICMS (4)	7.917	6.598	-	-	-	-	-	-
Debêntures (2)	-	-	45.535	37.083	-	-	-	-
<b>FORLUZ</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego - (3)	-	-	17.892	17.033	-	-	(20.838)	(18.944)
Despesa de Pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(11.294)	(11.060)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(2.105)	(1.762)
Outros	-	-	5.174	15.236	-	-	(5.526)	(4.399)
<b>Não Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego - (3)	-	-	419.570	413.310	-	-	-	-
<b>OUTROS</b>								
<b>Circulante</b>								
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	1	-	915	-	3	2	(5.771)	(4.302)
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	-	-	-	-	-	210	-	-
Coligadas e Controladora	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	9.310	-	409	-	5.481	3.587	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Coligadas e Controladas ou Controladores	42	38	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

( 1 ) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de oito anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.

( 2 ) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após vinte e cinco anos da data de emissão.

( 3 ) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Vide nota explicativa nº 17 e serão amortizados até o exercício de 2024.

( 4 ) As operações com ICMS registradas nas Informações Trimestrais referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.

( 5 ) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 19) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.

( 6 ) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixas, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas foram reconhecidos ao valor justo e encontram -se classificados conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria as Aplicações Financeiras, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item ‘b’). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado;
- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria o caixa e equivalentes de caixa (exceto aplicações financeiras), os créditos com consumidores e revendedores, concessionários – transporte de energia e ativos financeiros da concessão. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos financeiros	30/09/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros:</b>				
Caixa e Depósitos Bancários	38.955	38.955	17.701	17.701
Consumidores e Revendedores	438.816	438.816	397.301	397.301
Concessionários - Transporte de energia	126.367	126.367	109.092	109.092
Ativos Financeiros - Concessão	3.596.428	3.596.428	3.488.374	3.488.374
Depósitos vinculados a Litígios	152.625	152.625	125.923	125.923
Créditos com controladas	4.286	4.286	4.529	4.529
	<b>4.357.477</b>	<b>4.357.477</b>	<b>4.142.920</b>	<b>4.142.920</b>
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2.242.769	2.242.769	1.744.116	1.744.116
Títulos e Valores Mobiliários	80.477	80.477	319.277	319.277
	<b>2.323.246</b>	<b>2.323.246</b>	<b>2.063.393</b>	<b>2.063.393</b>
<b>Passivos financeiros:</b>				
<b>Avaliados ao custo amortizado:</b>				
Fornecedores	208.307	208.307	175.792	175.792
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.836.784	7.836.784	7.635.770	7.635.770
	<b>8.045.091</b>	<b>8.045.091</b>	<b>7.811.562</b>	<b>7.811.562</b>

## a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

### Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do Euro em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

### A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	30/09/2011	31/12/2010
<b>Euro</b>		
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	1.397	3.809
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>1.397</b>	<b>3.809</b>

### Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a apreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de setembro de 2012 será de 8,89% (Euro R\$2,274). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente.



Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/09/2011	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	1.397	1.274	1.752	2.102
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>1.397</b>	<b>1.274</b>	<b>1.752</b>	<b>2.102</b>
<b>Efeito Líquido da Variação Cambial</b>		<b>(123)</b>	<b>355</b>	<b>705</b>

## Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de setembro de 2011. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado IFRS	
	30/09/2011	31/12/2010
<b>Ativos</b>		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (nota 4)	2.242.769	1.744.116
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	80.477	319.277
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures (nota 17)	(4.833.301)	(4.836.015)
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(2.510.055)</b>	<b>(2.772.622)</b>

## Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 30 de setembro de 2012 será de 10,00%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários Base, Otimista e Pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	30/09/2011	Período até 30 de setembro de 2012		
	Cenário Base SELIC 12,00%	Cenário Provável SELIC 10,00%	Cenário Possível SELIC 12,50%	Cenário Remoto SELIC 15,00%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (nota 4)	2.242.769	2.467.046	2.523.115	2.579.184
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	80.477	88.525	90.537	92.549
<b>Passivos</b>	<b>2.323.246</b>	<b>2.555.571</b>	<b>2.613.652</b>	<b>2.671.733</b>
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 17)	(4.833.301)	(5.316.631)	(5.437.464)	(5.558.296)
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(2.510.055)</b>	<b>(2.761.060)</b>	<b>(2.823.812)</b>	<b>(2.886.563)</b>
<b>Efeito Líquido da Variação da SELIC</b>		<b>(251.005)</b>	<b>(313.757)</b>	<b>(376.508)</b>

## Risco de Liquidez

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa. A empresa utiliza de dois tipos de visão. A primeira, orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses e a segunda projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As Gerências de Orçamento, de Tesouraria e de Gestão de Participações, realizam reuniões semanais de acompanhamento das variáveis. Mensalmente, são realizadas reuniões que envolvem todas as áreas da Diretoria Financeira. Nestas reuniões são discutidos os principais temas que afetam o fluxo de caixa das empresas:

- Necessidades de captação;
- Prazo das aplicações financeiras;
- Fluxo de dividendos;
- Acompanhamento da receita;
- Programa de investimentos;
- Principais despesas operacionais;

Com o objetivo de manter a segurança do caixa, a Cemig GT estabelece em seu Estatuto Social um valor de caixa mínimo operacional para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, concedendo limites operacionais aos bancos com base em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando de forma eficiente no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, o controle da liquidez.

A Companhia aplica até 20% de seus recursos em fundo de investimento exclusivo de crédito privado, sem riscos de mercado. O restante é aplicado diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

## Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

### **Risco quanto à Escassez de Energia**

A Energia vendida é, substancialmente, gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das Usinas, comprometendo a recuperação do volume destes e acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

### **Risco de não renovação das concessões**

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem concessões para exploração dos serviços de Geração e Transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovados mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”) ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

### **b) Instrumentos Financeiros - Derivativos**

Os instrumentos derivativos, contratados pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos registrados pelo valor justo.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar, negativamente, sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva também a implementação de diretrizes para operação proativa relativa ao ambiente de Riscos Financeiros ao implementar planos de ação.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia e sua controlada em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Perda não realizada				Efeito acumulado	
						Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
				30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	30/06/2011
<b>Cemig Geração e Transmissão S.A.</b>											
R\$106,00% do CDI	R\$ ou US\$ 48,00% do ou Variação Cambial Mensal (o que for maior)	Em 04/2010	Balcão	-	R\$75.000	-	100	-	100	-	-
<b>Madeira Energia S.A.</b>											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	1.881	2.235	1.881	2.235	995	-
Euro	Variação eço futuro do Euro	Em 02/2012	Opção	R\$2.375	R\$2.375	41	44	41	44	-	-
						<u>1.922</u>	<u>2.379</u>	<u>1.922</u>	<u>2.379</u>	<u>995</u>	<u>-</u>

#### Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os instrumentos Derivativos.

#### Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

### c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	30/09/2011	31/12/2010
Total do Passivo	10.693.295	9.614.679
Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.281.724)	(1.761.817)
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(80.477)	(319.277)
Dívida Líquida	8.331.094	7.533.585
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>4.840.344</b>	<b>5.050.645</b>
Valores acumulados no Patrimônio Líquido referente a hedge de fluxos de caixa	(1.064)	(1.393)
Capital Ajustado	4.839.280	5.049.252
<b>Relação Dívida Líquida sobre Capital Ajustado</b>	<b>1,72</b>	<b>1,49</b>

## 27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30 de setembro de 2011	Valor justo em 30 de setembro de 2011		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
<b>Equivalentes de Caixa</b>				
Certificados de Depósitos Bancários	1.941.425	-	1.941.425	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	62.556	62.556	-	-
Letras do Tesouro Nacional (NTFs)	7.426	7.426	-	-
Depósitos Overnight	231.362	-	231.362	-
	<b>2.242.769</b>	<b>69.982</b>	<b>2.172.787</b>	-
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	80.477	-	80.477	-

### Metodologia de cálculo do valor justo

- a) O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

## 28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

## 29. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADE CONSOLIDADO

### EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
<b>RECEITA</b>	2.596.690	783.352	(9.637)	3.370.405
				-
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>				-
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(428.971)	-	-	(428.971)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(188.204)	(146)	9.191	(179.159)
Pessoal	(111.168)	(104.407)	-	(215.575)
Participação dos Empregados	(10.978)	(5.359)	-	(16.337)
Entidade de Previdência Privada	(14.003)	(6.835)	-	(20.838)
Material	(7.046)	(6.365)	-	(13.411)
Serviços de Terceiros	(60.174)	(41.581)	445	(101.310)
Depreciação e Amortização	(272.282)	(1.524)	-	(273.806)
Provisões	(6.951)	(1.686)	-	(8.637)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(107.768)	-	-	(107.768)
Custo de Construção	-	(50.784)	-	(50.784)
Outras	(33.511)	(20.359)	(722)	(54.592)
	(1.241.056)	(239.046)	8.914	(1.471.188)
				-
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	1.355.634	544.306	(723)	1.899.217
				-
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	(240.186)	(268.337)	-	(508.523)
				-
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	1.115.448	275.969	(723)	1.390.694
				-
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	(327.177)	(35.915)	-	(363.092)
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS</b>	41.337	(79.787)	-	(38.450)
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<u>829.608</u>	<u>160.267</u>	<u>(723)</u>	<u>989.152</u>

### 30. DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA CONSOLIDADO

DESCRIÇÃO	CEMIG - GT	TAESA	EÓLICAS	MADEIRA	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
<b>ATIVO</b>	<b>12.939.685</b>	<b>2.694.506</b>	<b>357.725</b>	<b>1.143.223</b>	<b>639.333</b>	<b>(2.236.630)</b>	<b>15.537.842</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.902.971	269.725	12.004	64.733	32.291	-	2.281.724
Contas a Receber	584.155	61.763	4.564	-	6.496	(1.448)	655.530
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	80.477	-	-	-	-	-	80.477
Tributos	647.464	368.105	1.559	5.785	2.660	-	1.025.573
Outros Ativos	423.620	6.014	6.380	15.076	7.015	(189.891)	268.214
Investimento/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	9.300.998	1.988.899	333.218	1.057.629	590.871	(2.045.291)	11.226.324
<b>PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12.939.686</b>	<b>2.694.506</b>	<b>357.725</b>	<b>1.143.223</b>	<b>639.332</b>	<b>(2.236.630)</b>	<b>15.537.842</b>
Fornecedores e Suprimentos	154.228	4.276	18.023	33.844	5.327	(1.904)	213.794
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.647.049	880.664	214.235	943.135	151.701	-	7.836.784
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	370.410	188.952	-	-	1.669	(190.621)	370.410
Obrigações Pós-Emprego	437.462	-	-	-	-	-	437.462
Tributos	1.096.293	215.462	4.403	1.742	10.712	-	1.328.612
Outros Passivos	389.696	31.783	399	43.138	40.036	1.180	506.232
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>4.844.548</b>	<b>1.373.369</b>	<b>120.665</b>	<b>121.364</b>	<b>429.887</b>	<b>(2.045.285)</b>	<b>4.844.548</b>
<b>RESULTADO</b>							
Receita	2.861.742	434.379	18.120	-	65.800	(9.636)	3.370.405
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>							
Pessoal - Empregados e Administradores	(195.319)	(18.722)	(215)	(202)	(1.117)	-	(215.575)
Participação dos Empregados e Administradores	(16.337)	-	-	-	-	-	(16.337)
Obrigações Pós-Emprego	(20.838)	-	-	-	-	-	(20.838)
Materiais	(9.927)	(3.359)	(56)	(1)	(68)	-	(13.411)
Serviços de Terceiros	(85.932)	(10.489)	(3.124)	(1.167)	(1.043)	445	(101.310)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	(107.389)	-	-	-	(379)	-	(107.768)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(428.940)	-	-	-	(31)	-	(428.971)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(185.085)	-	(2.120)	-	(1.145)	9.191	(179.159)
Depreciação e Amortização	(256.049)	(634)	(11.685)	-	(5.438)	-	(273.806)
Provisões Operacionais	(9.322)	685	-	-	-	-	(8.637)
Custo de Construção	(35.786)	(723)	-	-	(14.275)	-	(50.784)
Outras Despesas Líquidas	(48.936)	(3.394)	(719)	(94)	(727)	(722)	(54.592)
	<u>(1.399.860)</u>	<u>(36.636)</u>	<u>(17.919)</u>	<u>(1.464)</u>	<u>(24.223)</u>	<u>8.914</u>	<u>(1.471.188)</u>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS)</b>	<b>1.461.882</b>	<b>397.743</b>	<b>201</b>	<b>(1.464)</b>	<b>41.577</b>	<b>(722)</b>	<b>1.899.217</b>
Resultado Financeiro Líquido	(403.717)	(64.398)	(12.816)	(18.429)	(9.163)	-	(508.523)
Resultado antes dos Impostos	<u>1.058.165</u>	<u>333.345</u>	<u>(12.615)</u>	<u>(19.893)</u>	<u>32.414</u>	<u>(722)</u>	<u>1.390.694</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(301.309)	(93.816)	(1.267)	103	(5.253)	-	(401.542)
<b>Resultado do Período</b>	<b>756.856</b>	<b>239.529</b>	<b>(13.882)</b>	<b>(19.790)</b>	<b>27.161</b>	<b>(722)</b>	<b>989.152</b>



## 31. REAJUSTE TARIFÁRIO

Reajustes Tarifários das Concessionárias de Transmissão de Energia Elétrica – Ciclo 2011/2012

Em 01 de julho de 2011 foi publicada no Diário Oficial da União, a Resolução Homologatória nº 1.171, de 28 de junho de 2011, por meio da qual a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas - RAPs para as concessionárias de transmissão de energia elétrica, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e demais instalações de transmissão referentes ao ciclo 2011-2012.

Os percentuais de reajuste foram:

- Na Cemig Geração e Transmissão foi de 10,40%, composto de 9,77% pela variação do IGP-M no período de junho de 2010 a maio de 2011, e, o restante, em função de novas obras que entraram em operação no último ano.
- IGPM : 9,77% (TSN,GTESA, PATESA, Munirah, NVT, ETEO e ETAU).
- IPCA: 6,55% (Brasnorte).

## 32. EVENTOS SUBSEQUENTES

### a) AUMENTO DE CAPITAL DA MADEIRA ENERGIA S.A.

A controlada em conjunto, Madeira Energia S.A., em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de outubro de 2011, aprovou o aumento de capital social da Companhia mediante a emissão de 507.000.000 (quinhentos e sete milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor de emissão de R\$1,00 (um real) cada, totalizando R\$507.000. As ações ora emitidas foram totalmente subscritas na proporção da participação de cada um dos acionistas no capital social da Companhia e foram totalmente integralizadas no dia 25 de outubro de 2011. Após o evento, o capital social da Madeira Energia S.A., totalmente subscrito e integralizado, passa a ser de R\$2.181.100, dividido em 2.181.100.000 (dois bilhões, cento e oitenta e um milhões e cem mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

**b) AQUISIÇÃO DA NORTE ENERGIA S.A.**

Os Conselhos de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“Cemig”) e a Light S.A. (“Light”) aprovaram, em outubro de 2011, a aquisição de 9,77% do capital social da Norte Energia S.A., empresa detentora da concessão para construção e operação da UHE Belo Monte. A aquisição será realizada através da Amazônia Energia, empresa na qual a Light detém 51% das ações ON e a Cemig GT detém 49% das ações ON e 100% das ações PN. O preço total a ser pago pela aquisição das ações da NESA é de R\$118.691.102,79 (cento e dezoito milhões, seiscentos e noventa e um mil, cento e dois reais e setenta e nove centavos), e se refere ao reembolso dos valores aportados até o momento pelos vendedores, corrigidos pelo IPCA até 26 de outubro de 2011.

**c) COMPENSADOR ESTÁTICO DE BOM JESUS DA LAPA II**

A TAESA, por meio da Resolução nº 2.626/10, foi autorizada a receber uma Receita Anual Permitida – RAP, no valor de R\$148 como Reforço no Compensador Estático de Bom Jesus da Lapa II. Por entender que o valor autorizado para a execução do empreendimento não se adequava ao orçamento apresentado pela TAESA, foi apresentado um recurso à diretoria da ANEEL, pleiteando a aprovação do orçamento previamente apresentado pela Concessionária, bem como, a adequação do valor da RAP. Por sua vez, em 27 de abril de 2011, a ANEEL aceitou o recurso apresentado pela TAESA, emitindo a Resolução Autorizativa nº 2.855/2011 que ajusta o valor da RAP da TAESA - referente ao Reforço CE BJL II, para R\$332. Na mesma data, foi expedida a Portaria nº 271/2011, por meio da qual, aprova-se o enquadramento do Reforço do CE BJL II da TAESA no REIDI. O reforço foi concluído em 13 de outubro de 2011.

**d) EMISSÃO DE NOTAS PROMISSÓRIAS PELA TAESA**

Em Reunião do Conselho de Administração de 04 de outubro de 2011 e Assembléia Geral Extraordinária de 10 de outubro de 2011, foi aprovada, pela TAESA, a quarta emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única, com valor nominal unitário de R\$5.000, perfazendo, na data de emissão, o montante de até R\$1.400.000, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação. Os recursos serão utilizados para a aquisição de ativos de propriedade do Grupo Abengoa, pela Companhia, bem como para reforço do caixa da Companhia e, se necessário, pré-pagamento de dívidas de sociedades controladas.

e) CÉDULA DE CRÉDITO - TAESA

Em 27 de julho de 2011, a TAESA assinou, junto ao Banco Santander, a Cédula de Crédito Bancário – BNDES FINAME PSI – Programa de Sustentação do Investimento, para investimento nas SE's Imperatriz, Colinas, Miracema e Gurupi no montante de R\$755. Os recursos foram liberados em 28 de outubro de 2011, com prazos de pagamento em 120 meses, com a seguinte composição e remuneração:

- Sub-crédito A: R\$587 - 8,70% ao ano;
- Sub-crédito B: R\$ 168 - TJ462 + 3,20% ao ano.

\*\*\*\*\*

## DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

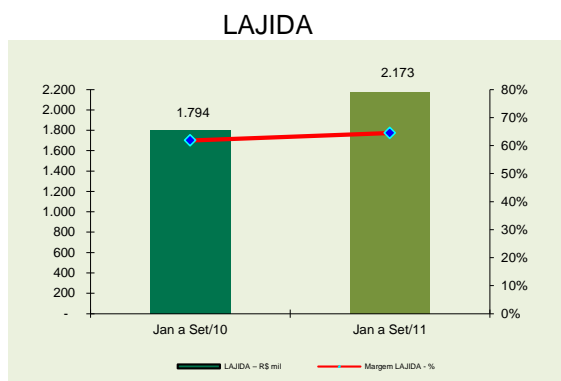
### Resultado do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no período de janeiro a setembro de 2011, um resultado de R\$989.152, em comparação ao resultado de R\$823.750 no período de janeiro a setembro de 2010, um aumento de 20,08%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 16,10% na receita, parcialmente compensado pelo aumento de 6,32% nos Custos e Despesas Operacionais. O aumento da receita decorre principalmente do aumento da atividade de comercialização de energia, com um aumento no volume de vendas, e em menor participação pela entrada em operação das usinas de Baguari e Pipoca em maio e outubro de 2010, respectivamente.

### LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou um aumento no período de janeiro a setembro de 2011 na comparação com o período de janeiro a setembro de 2010, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2011	30/09/2010	Var %
Resultado do Período	989.152	823.750	20,08
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	401.542	334.006	20,22
+ Resultado Financeiro Líquido	508.523	361.560	40,65
+ Amortização e Depreciação	273.806	274.300	(0,18)
<b>= LAJIDA</b>	<b>2.173.023</b>	<b>1.793.616</b>	<b>21,15</b>
Itens não recorrentes:			
+ Programa Prêmio de Desligamento - PPD	2.746	11.567	(76,26)
<b>= LAJIDA AJUSTADO</b>	<b>2.175.769</b>	<b>1.805.183</b>	<b>20,53</b>



O crescimento do LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2011 em comparação ao período de janeiro a setembro de 2010 deve-se, principalmente, ao aumento de 16,10% na receita, compensado parcialmente pelo aumento de 7,93% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em decorrência do aumento da receita líquida, a margem do LAJIDA apresentou um aumento de 61,78% em 2010 para 64,47% em 2011.

### ***Fornecimento Bruto de Energia Elétrica***

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.139.182 no período de janeiro a setembro de 2011 em comparação a R\$2.686.817, no período de janeiro a setembro de 2010, representando um aumento de 16,84%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 8,90% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres em decorrência da maior atividade de comercialização de energia em 2011. Adicionalmente, contribuiu para o aumento da receita o reajuste dos contratos de venda de energia, indexados, na maior parte, à variação do IGP-M. Dessa forma a receita foi de R\$1.910.636 no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$1.553.434, no período de janeiro a setembro 2010.

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias não ter variado significativamente, houve um aumento de 6,50% na receita com energia vendida, R\$1.099.399 no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$1.032.260 no período de janeiro a setembro de 2010, em função do aumento de 4,66% no preço médio de venda da energia, R\$98,58 no período de janeiro a setembro de 2011 em comparação a R\$94,19 no período de janeiro a setembro de 2010.

### ***Receita de Concessão da Transmissão***

Esta receita refere-se basicamente à utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL.

A receita de concessão da transmissão foi de R\$1.017.697 no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$803.934, no período de janeiro a setembro de 2010, um aumento de 26,59% em decorrência, principalmente, da atualização monetária do ativo de transmissão da TAESA, com um impacto no resultado da CEMIG de R\$177.981. Essa atualização foi decorrente da divulgação do índice de atualização da tarifa da Taesa a partir de julho de 2011, no percentual de 9,77%.

Mais explicações, vide notas explicativas 22 e 23 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

### ***Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita***

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$852.476 no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$742.896 no período de janeiro a setembro de 2010, um aumento de 14,75%. As principais variações nos impostos e encargos incidentes sobre a receita são como segue:

### Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R\$44.152 no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$28.892, no período de janeiro a setembro de 2010, representando um aumento de 52,82%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás. A variação neste custo decorre, principalmente, da alteração na metodologia de cálculo do encargo, que passou a suprir a diferença entre o custo total da geração de energia nos sistemas isolados e o custo médio da energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

### Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$27.487 no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$27.145, no período de janeiro a setembro de 2010, um aumento de 1,26%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

### ***Custos e Despesas Operacionais (excluindo o Resultado Financeiro)***

Os custos e despesas operacionais (excluindo o resultado financeiro) foram de R\$1.471.188 no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$1.383.707, no período de janeiro a setembro de 2010, representando um aumento de 6,32%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 23 das Informações Trimestrais.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

#### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$428.971 no período de janeiro a setembro de 2011, comparados a R\$242.334, no período de janeiro a setembro de 2010, representando um aumento de 77,02%. Essa variação decorre da maior atividade de comercialização de energia em 2011, com a compra de energia para revenda.

### Obrigação Pós-Emprego

A despesa com obrigação pós-emprego foi de R\$20.838 no período de janeiro a setembro de 2011, comparados a R\$18.944 no período de janeiro a setembro de 2010, representando um aumento de 10,00%. Esta despesa representa a atualização da obrigação calculada em conformidade a laudo atuarial elaborado por consultores externos.

### Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$101.310, no período de janeiro a setembro de 2011, comparados a R\$104.848, no período de janeiro a setembro de 2010, representando uma redução de 3,37%. O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 23 às Informações Trimestrais.

### Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede básica de transmissão foi de R\$179.159 no período de janeiro a setembro de 2011, comparados a R\$192.809 no período de janeiro a setembro de 2010, representando uma redução de 7,08%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL.

### ***Resultado Financeiro Líquido***

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$508.523 no período de janeiro a setembro de 2011 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$361.560 no período de janeiro a setembro de 2010, um aumento de 40,65%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Aumento de 9,95% na receita de aplicações financeiras, R\$196.467 no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$178.687, no período de janeiro a setembro de 2010. Essa redução decorre de maior volume de recursos aplicados em 2011 em relação a 2010.
- Aumento na despesa de encargos de empréstimos e financiamentos, R\$564.205 no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$467.224, no período de janeiro a setembro de 2010. Esse aumento decorre basicamente da maior variação do CDI no primeiro semestre de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010, decorrência do aumento na taxa Selic definida pelo Banco Central do Brasil.

- Aumento na despesa de variação monetária de empréstimos e financiamentos em moeda nacional de R\$65.343 no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$31.600, apurada no período de janeiro a setembro de 2010. Esse aumento decorre do maior volume de empréstimos vinculados à variação do IPCA de janeiro a setembro de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24 das Informações Trimestrais.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no período de janeiro a setembro de 2011, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$401.542 em relação ao lucro de R\$1.390.694, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 28,87%. No período de janeiro a setembro de 2010, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$334.006 em relação ao lucro de R\$1.157.756, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 28,85%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9 das Informações Trimestrais. Nos períodos de janeiro a setembro de 2011 e 2010, a Companhia destinou Juros sobre Capital Próprio, nos montantes de R\$185.042, cujo benefício fiscal foi de R\$62.914.

### Conciliação do lucro líquido com o lucro líquido regulatório

A conciliação do Lucro líquido de acordo com as novas práticas contábeis e o lucro líquido regulatório, que determina o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios, é como segue:

	30/09/2011
<b>Lucro líquido acumulado até Período</b>	<b>989.152</b>
Despesas Antecipadas e Passivos regulatórios - CVA (*)	(16.594)
Demais Componentes Regulatórios (**)	(14.234)
Efeitos Tributários sobre Ativos e Passivos Regulatórios	12.364
<b>Lucro líquido Regulatório acumulado até Período</b>	<b>970.688</b>

(\*) Conta de Compensação de variação de itens da Parcela A – CVA

(\*\*) referem-se Subvenção Baixa Renda, Descontos Concedidos Diversos



## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2011 E 2010

	Terceiro Trim/2011	Terceiro Trim/2010	Var. %
<b>RECEITA</b>	1.303.403	1.072.074	21,58
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal	(70.597)	(70.611)	(0,02)
Participação dos Empregados no resultado	(11.244)	(11.326)	(0,72)
Obrigações Pós-emprego FORLUZ	(6.946)	(8.618)	(19,40)
Materiais	(3.987)	(5.607)	(28,89)
Serviços de Terceiros	(35.645)	(28.267)	26,10
Depreciação e Amortização	(91.790)	(90.112)	1,86
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(37.334)	(34.811)	7,25
Reversão (Provisões) Operacionais	(6.912)	285	-
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(147.609)	(96.338)	53,22
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(64.301)	(56.830)	13,15
Custo de Construção	(22.602)	(36.989)	(38,90)
Outros Custos de Operação	(18.124)	(40.845)	(55,63)
	<u>(517.091)</u>	<u>(480.069)</u>	<u>7,71</u>
<b>Resultado antes do Resultado Financeiro</b>	786.312	592.005	32,82
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>(162.333)</u>	<u>(127.343)</u>	<u>27,48</u>
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	623.979	464.662	34,29
Imposto de Renda e Contribuição Social	(146.499)	(119.180)	22,92
<b>Resultado do Período</b>	<u>477.480</u>	<u>345.482</u>	<u>38,21</u>

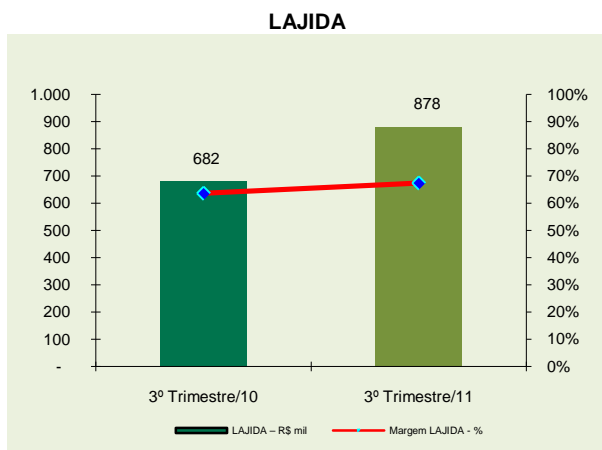
### Resultado do Trimestre

A Companhia apresentou, no terceiro trimestre de 2011, um lucro líquido de R\$477.480, em comparação ao lucro líquido de R\$345.482 no terceiro trimestre de 2010, representando um aumento de 38,21%. Este aumento decorre, basicamente, do aumento de 21,58% na receita em contrapartida a um aumento de 7,71% nos custos e despesas operacionais. Vide comentários adicionais na sequência deste Relatório.

### LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou um aumento no terceiro trimestre de 2011 na comparação com o terceiro trimestre de 2010, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA	Terceiro Trim/2011	Terceiro Trim/2010	Var %
Resultado do Período	477.480	345.482	38,21
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	146.499	119.180	22,92
+ Resultado Financeiro Líquido	162.333	127.343	27,48
+ Amortização e Depreciação	91.790	90.112	1,86
<b>= LAJIDA</b>	<u>878.102</u>	<u>682.117</u>	<u>28,73</u>
Itens não recorrentes:			
+ Programa Prêmio de Desligamento – PPD	-	6.483	-
<b>= LAJIDA AJUSTADO</b>	<u>878.102</u>	<u>688.600</u>	<u>27,52</u>



O aumento do LAJIDA, no terceiro trimestre de 2011 em comparação ao terceiro trimestre de 2010, deve-se, principalmente, ao aumento de 21,58% na receita, compensado parcialmente pelo aumento de 9,06% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 63,62% em 2010, para 67,37% em 2011.

### Composição da Receita

	Consolidado IFRS		
	Terceiro Trim/2011	Terceiro Trim/2010	Var. %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	1.103.491	965.474	14,30
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	472.752	330.947	42,85
Receita de Infraestrutura – com impostos	22.602	37.109	(39,09)
Outras receitas operacionais	8.164	8.868	(7,94)
Impostos e Encargos incidentes sobre as receitas acima	(303.606)	(270.324)	12,31
<b>Total</b>	<b>1.303.403</b>	<b>1.072.074</b>	<b>21,58</b>

### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (**)			R\$		
	Terceiro Trim/2011	Terceiro Trim/2010	Var. %	Terceiro Trim/2011	Terceiro Trim/2010	Var. %
Industrial	5.183.193	4.941.138	4,90	663.846	555.281	19,55
Comercial	24.212	15.458	56,63	5.619	415	1.253,98
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	9.462	6.982	35,52
<b>Total</b>	<b>5.207.405</b>	<b>4.956.596</b>	<b>5,06</b>	<b>678.927</b>	<b>562.678</b>	<b>20,66</b>
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	3.845.669	3.856.193	0,27	379.745	373.739	1,61
Transações com Energia na CCEE	619.334	166.227	272,58	32.402	27.648	17,19
Vendas Proinfa	39.465	21.708	81,80	12.417	1.409	781,26
<b>Total</b>	<b>9.711.873</b>	<b>9.000.724</b>	<b>7,90</b>	<b>1.103.491</b>	<b>965.474</b>	<b>14,30</b>

( \* ) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

( \*\* ) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.103.491 no terceiro trimestre de 2011, em comparação a R\$965.474 no terceiro trimestre de 2010, representando um aumento de 14,30%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 5,06% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres em decorrência da maior atividade de comercialização em 2011.

Adicionalmente, contribuiu para o aumento da receita o reajuste dos contratos de venda de energia, indexados, na maior parte, à variação do IGP-M.

### **Receita de Concessão de Transmissão**

A Receita de concessão de transmissão foi de R\$472.752, no terceiro trimestre de 2011, comparados a R\$330.947 no terceiro trimestre de 2010, representando um aumento de 42,85%. Este aumento decorre, principalmente, da atualização monetária do ativo de transmissão da TAESA, com um impacto no resultado da CEMIG de R\$177.981. Essa atualização foi decorrente da divulgação do índice de atualização da tarifa da Taesa a partir de julho de 2011, no percentual de 9,77%.

### **Impostos e Encargos incidentes sobre a Receita**

	Terceiro Trim/2011	Terceiro Trim/2010	Var %
<b>Impostos sobre a Receita</b>			
ICMS	106.277	98.176	8,25
COFINS	104.594	89.550	16,80
PIS-PASEP	22.703	19.440	16,78
ISSQN e outros	271	195	38,97
	<b>233.845</b>	<b>207.361</b>	<b>12,77</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>			
Reserva Global de Reversão – RGR	30.792	25.971	18,56
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	9.406	9.242	1,77
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	13.728	13.744	(0,12)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	5.266	4.279	23,07
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	4.037	3.214	25,61
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE	2.082	1.607	29,56
Encargos de Capacidade Emergencial	93	-	-
PROINFA	4.357	4.906	(11,19)
	<b>69.761</b>	<b>62.963</b>	<b>10,80</b>
	<b>303.606</b>	<b>270.324</b>	<b>12,31</b>

As principais variações nos Impostos e Encargos incidentes sobre a receita, são como segue:

#### Reserva Global de Reversão - RGR

O encargo, referente à RGR, apresentou um aumento de 18,56% nos períodos comparados. Este é um custo não controlável, sendo que a Despesa reconhecida no Resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

### Conta de Consumo de Combustível – CCC

Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás. A CCC não apresentou variação expressiva entre os períodos comparados.

### Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os pagamentos da CDE são definidos, por meio de Resolução da ANEEL, e apresentaram um aumento de 1,77% nos períodos comparados. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais Deduções à Receita referem-se, basicamente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

### ***Custos e Despesas Operacionais (excluindo o Resultado Financeiro)***

Os Custos e despesas operacionais (excluindo o resultado financeiro) foram de R\$517.091, no terceiro trimestre de 2011, comparados a R\$480.069, no terceiro trimestre de 2010, representando um aumento de 7,71%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento nos custos com Energia Elétrica Comprada para Revenda, que aumentou em 53,22% nos trimestres comparados. As principais variações foram conforme segue:

#### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$147.609, no terceiro trimestre de 2011, comparados a R\$96.338, no terceiro trimestre de 2010, representando um aumento de 53,22%. Este resultado decorre de uma maior atividade de comercialização de energia em 2011, com a compra de energia para revenda.

#### Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$35.645, no terceiro trimestre de 2011, comparados a R\$28.267, no terceiro trimestre de 2010, representando um aumento de 26,10%, sendo que, o principal aumento ocorreu nos gastos com Consultoria que passou de uma redução de R\$6.770 no terceiro trimestre de 2010 para um aumento de R\$2.687 no terceiro trimestre de 2011. A redução dos gastos com consultoria, ocorrida no terceiro trimestre de 2010, decorre do reembolso por empresa controlada de gastos com consultoria para aquisição de novos empreendimentos.

## Resultado Financeiro Líquido

	Terceiro Trim/2011	Terceiro Trim/2010	Var. %
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>			
Renda de Aplicação Financeira	70.835	58.109	21,90
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	734	980	(25,10)
Variações Cambiais	-	(193)	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(9)	152	-
Ganhos com Instrumentos Financeiros	-	(91)	-
Ajuste a Valor Presente	534	10.220	(94,77)
Outras	2.235	13.622	(83,59)
	<b>74.329</b>	<b>82.799</b>	<b>(10,23)</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(195.714)	(169.102)	15,74
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(9.071)	(1.575)	475,94
Variações Cambiais	(163)	(14)	1.064,29
Perdas com Instrumentos Financeiros	-	76	-
Ajuste a Valor Presente	(3.286)	(11.496)	(71,42)
Variação Monetária Forluz	(4.182)	(3.035)	37,79
Variação Monetária Concessão Onerosa	(3.938)	(1.738)	126,58
Outras	(20.308)	(23.258)	(12,68)
	<b>(236.662)</b>	<b>(210.142)</b>	<b>12,62</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(162.333)</b>	<b>(127.343)</b>	<b>27,48</b>

Na comparação dos valores do terceiro trimestre de 2011 com o terceiro trimestre de 2010, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$162.333, em 2011, comparada a uma despesa líquida de R\$127.343 em 2010. Essa variação deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- aumento de R\$12.726, na receita de Aplicações Financeiras, em função do maior volume de recursos aplicados em 2011;
- aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$195.714, no terceiro trimestre de 2011, comparados a R\$169.102 no terceiro trimestre de 2010. Esse aumento decorre basicamente da maior variação do CDI no terceiro trimestre de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010. A variação do CDI, no terceiro trimestre de 2011 foi de 3,01% comparado a 2,61% no terceiro trimestre de 2010.
- despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional, de R\$9.071, apurada no terceiro trimestre de 2011, comparada a uma despesa de R\$1.575 no terceiro trimestre de 2010. Esta despesa decorre de novos empréstimos e da variação do IPCA, principal indexador dos contratos. O IPCA apresentou variação de 0,68% no terceiro trimestre de 2011 comparada a uma variação de 0,41% no terceiro trimestre de 2010.

### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no terceiro trimestre de 2011, despesas, com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$146.499 em relação ao lucro de R\$623.979, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 23,48%. No terceiro trimestre de 2010, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$119.180 em relação ao lucro de R\$464.662, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 25,65%.

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Cemig Geração e Transmissão S.A.  
Belo Horizonte - MG

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Ênfase**

A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada estão incorrendo em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização do ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos, que em 30 de setembro de 2011 totalizava R\$10.316 milhões, de acordo com as expectativas da administração dar-se-á a partir do início das operações, previsto para dezembro de 2011. Em 30 de setembro de 2011, o montante do ativo imobilizado proporcional à Companhia é de R\$1.031,6 milhões.

### **Outros assuntos**

#### **Informações intermediárias do valor adicionado**

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2011

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira  
Contador CRCMG058176/O-0